

**De tempo integral à educação integral:  
as repercussões no currículo da área de linguagens nas séries finais do ensino  
fundamental**

José Recktenwalt<sup>1</sup> Osmar Lottermann<sup>2\*</sup>

\* Orientador

<sup>1</sup> Mestrando em Educação Básica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Farroupilha.

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Farroupilha.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte do projeto de qualificação de mestrado vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Básica - IFRS Campus Farroupilha, na linha de Formação de Professores, Currículos e Práticas Pedagógicas na Educação Básica. Tem como temática o currículo na área de linguagens nas séries finais do ensino fundamental na escola de Tempo Integral no município de Carlos Barbosa-RS.

Considerando os indicadores das avaliações externas na escola de tempo integral em que atuo, a minha relação com o componente curricular Arte e com a Educação Integral no Brasil, o interesse pela pesquisa na educação pública e no campo do currículo, construo esta pesquisa a partir da seguinte questão: Quais são as repercussões do currículo na área de linguagens nas séries finais do ensino fundamental na escola de Tempo Integral no município de Carlos Barbosa?

A partir desse processo inicial de pesquisa, os resultados parciais apontam a influência de Anísio Teixeira (1900-1971) e reforçam sua contribuição para a Educação Integral. Influenciado pelos ideais da escola nova e da educação progressiva de John Dewey (1859-1952), foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, além de idealizar a Escola Parque, considerada a primeira a oferecer a proposta de Educação Integral no Brasil. De acordo com Gadotti (2009, p. 22) esta “[...] não era apenas uma concepção da educação. Ela era concebida como um direito de todos”. Entendida a partir da perspectiva de um direito, almejava uma educação pública, gratuita, laica e obrigatória, sem distinção de gênero ou classe social, como também um currículo flexível, alternando atividades intelectuais e práticas.

Outro nome importante para a efetivação da Educação Integral como política pública,

foi o ex-ministro da Educação do Brasil Darcy Ribeiro (1922-1997). Além de idealizador dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) que era um programa que visava atender famílias de baixa renda, além de prever a construção de residências e oferecimento de alimentação. A condição assistencialista dos CIEPS é problematizada por Gadotti (2009, p.30) “A escola não pode fazer tudo o que a sociedade não está fazendo; ela não pode substituir todas as políticas sociais. A escola precisa cumprir bem a sua função de ensinar”. A proposta dos CIEPS foi retomada no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) sob o nome de Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACS) e no governo de Itamar Franco (1992-1994) com o nome de Centros de Atenção Integral à Criança (CAICS).

A partir das contribuições de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, muitas leis foram criadas na busca pela promoção da Educação Integral no Brasil, entre elas podemos citar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) promoveu o aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola e o desenvolvimento integral da criança. O Plano Nacional de Educação (2001) ampliou a concepção sobre a educação integral, defendendo o tempo integral e a ampliação da jornada escolar a partir da inserção de atividades variadas, além de alimentação adequada, buscando diminuir as desigualdades sociais, solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (2010) que defendem um currículo adequado para a Educação Integral. O Plano Nacional de Educação (2014) objetivava oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas e para 25% dos alunos da educação básica. A Base Nacional Comum Curricular (2018) inova ao indicar a necessidade de formação específica para trabalhar com Educação Integral e afirmando que a Educação Integral deve auxiliar na promoção das competências, olhando para o estudante de forma global, não reduzindo-o aos aspectos intelectuais e cognitivos.

No Programa Mais Educação, criado em 2007, as atividades eram desenvolvidas no chamado contraturno escolar e era articulado a vários Ministérios. As oficinas eram desenvolvidas por monitores a partir de macrocampos. Em 2017, o então presidente Michel Temer reconfigurou o programa, alterando o nome para Programa Novo Mais Educação e o objetivo, buscando melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática.

Após um período de estagnação quanto a políticas públicas no campo educacional, em 2023 foi instituído o Programa Escola de Tempo Integral, instruindo os municípios a

organizarem e aumentarem a oferta de Tempo Integral nas suas redes, o que também é reforçado pelo Plano Nacional de Educação de 2024, que está em processo de aprovação.

A presente pesquisa será embasada por esse arcabouço legislativo, uma vez que o objetivo geral da pesquisa é analisar as repercussões do currículo na área de linguagens nas séries finais do ensino fundamental na escola de Tempo Integral do município de Carlos Barbosa/RS.

## **2 METODOLOGIA**

Na busca por compreender a mudança que ocorre entre a visão teórica e os dados coletados da realidade, quanto ao aspecto procedimental, essa pesquisa é de natureza qualitativa. Para Gil (2002, p.43) “[...] esse delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas”. O método de abordagem da pesquisa será o Método Dialético, buscando avaliar uma situação a partir do ponto de vista das condições que os determinam e assim, os explicam mediante um conjunto de processos (Marconi e Lakatos).

Essa pesquisa adotou, como campo de estudo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Tempo Integral Santa Luzia, localizada no município gaúcho de Carlos Barbosa. Como sujeitos da pesquisa, optou-se pelos(as) professores(as) da área de linguagens, integrados a referida instituição de ensino. Através da coleta de dados da entrevista, os materiais serão problematizados e tensionados a partir das teorizações em que a pesquisa está inscrita. Para o tratamento dos dados, serão utilizados como estratégias a leitura e audição, seleção e agrupamento de ocorrências, categorização a partir dos grupos de sentido, buscando dar movimento a materialidade e suporte ao problema de pesquisa construído.

## **3 RESULTADOS PRELIMINARES**

Para que se efetive na Educação Integral, o currículo deve promover o desenvolvimento da formação humana, a democratização do ensino, através de um ser humano completo e crítico, que esteja comprometido com as transformações do seu tempo.

Assim, um currículo integral, na perspectiva de Gadotti (2009, p. 97), articula-se ao conceito da integralidade, que “[...] refere-se à base da educação, que deve ser integral, omnilateral e não parcial e fragmentada.”

Muito além da ampliação do tempo escolar, uma educação integral contempla atividades educativas variadas. Para Gadotti (2009, p. 97-98) “Não se trata apenas de estar na escola em horário integral, mas de ter a possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas [...]”. Na busca por desenvolver essas potencialidades humanas, as atividades educativas devem ser promovidas no campo das ciências, da cultura, da arte, do esporte e do lazer, das tecnologias, do multiculturalismo, do meio ambiente, da saúde, e entre tantos outros campos que se articulem as áreas do conhecimento e aos componentes curriculares.

Um currículo integral não se restringe ao conhecimento adquirido apenas dentro do ambiente escolar, nessa ampliação do tempo. Ele também se constrói/constitui fora do espaço escolar, numa relação intencional com a comunidade, com a sociedade, durante toda a nossa vida. Compreende-se então que, “[...] os currículos escolares devem passar por uma profunda reforma para que incluam a informalidade da cidade e da cidadania; essas novas experiências não podem prescindir da escola, elas não devem limitar-se a atividades culturais nas ruas e vilas” (Gadotti, 2009, p. 111). Portanto, essa relação com a comunidade, para ser bem sucedida, deve ser permeada por um plano bem elaborado, onde participem dele os mais variados agentes sociais, promovendo a integralidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da exposição breve dos marcos legais para Educação Integral, da análise de um currículo específico para Educação Integral e da sua repercussão na área de linguagens, justifica-se a relevância deste estudo, uma vez que, a partir do programa do atual governo brasileiro, existe um incentivo para a ampliação da oferta de matrículas em escolas de Tempo Integral, e essa pesquisa poderá validar a iniciativa, mostrando a importância como política pública da educação integral.

Diante dos estudos preliminares realizados até este momento, consideramos que ao falarmos de Educação Integral, existe uma longa trajetória que originou a política de fomento

à Educação Integral em nosso país; quanto ao currículo, faz-se necessário e urgente um currículo específico, que seja voltado para o desenvolvimento integral do educando; e em relação a área de linguagens, através da entrevista semiestruturada, será possível compreender qual a repercussão deste currículo na área.

**Palavras-chave:** Educação Integral; Currículo; Área de Linguagens.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Institui o Programa Mais Educação**. Portaria normativa interministerial 17/2007. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034**. Projeto de lei 2614/2024.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.